

# Território, conhecimento e competências: um triângulo a fixar



O P I N I Ã O

LUÍS BORGES GOUEIA\*

IMBG@UFT.PT,  
IMBG.BLOGSPOT.COM

Conseguir que um território seja identificado por cada um de nós com o seu e que provoque um sentido de pertença, é cada vez mais uma ambição na moda. De algum modo, um território que esteja nestas condições e que agregue este tipo de sentimentos de um conjunto significativo de pessoas ganha o direito de se poder considerar uma região. É claro que precisa também do aval político e dos mecanismos sociais e económicos que o permitam concretizar... Retirando a sua proclamação adminis-

trativa, importa reflectir sobre o que contribui para a possibilidade efectiva de um território ser uma região. A dimensão crítica para a promoção de um território a uma região pode ser obtido por via da coesão dos recursos humanos que ocupam esse espaço, quer numa lógica de o habitar, quer de o animar por efeito de actividades económicas, sociais e de outra qualquer índole.

No contexto actual, as regiões são pilares importantes da actividade humana e a sua organização em torno de unidades que mobilizam e aproveitam o esforço das pessoas relacionadas com esse território promove a criação de riqueza e a qualidade de vida.

É minha convicção pessoal que a sustentabilidade de um território e a sua capacidade de atractividade para novos investimentos e mais actividade humana passa pela combinação da sua habilidade de relacionar conhecimento e competências. No contexto da Sociedade da Informação, em que a informação se assume como o recurso de maior valor económico, exigindo dos recursos humanos um maior nível de interactividade e capacidade de lidar com a informação em formato digital, bem como de ser capaz de se organizar em rede para partilha de informação e melhor colaborar, as competências tornam-se um requisito crítico.

Adicionalmente à Sociedade da Informação, os desafios associados com o desenvolvimento sustentável que

requerem de um território um novo leque de preocupações que engloba além das questões associadas com o ambiente, também as questões de relacionamento da actividade económica e social com a envolvente e uma nova abordagem mais equilibrada que assegure fazer melhor com menos recursos (com maior eficiência) e o desenvolvimento de novas competências que permitam lidar com desafios e requisitos cada vez mais exigentes em nome do legado ecológico (e também de preservação e desenvolvimento dos valores culturais) do território a passar para as gerações vindouras.

Por último, ao acumular das preocupações com a Sociedade da Informação e o desenvolvimento sustentável, a globalização enquanto novo contexto para a actividade económica e social desenvolvida no território, exige uma maior consciência da dimensão deste e da sua capacidade de interagir com outros territórios. Neste contexto, além de gerar riqueza, é necessário garantir que seja assegurada a possibilidade de garantir uma sucessão de actividades previamente planeada para garantia de futuro.

Num mundo que assume o esforço de vencer a distância entre quaisquer dois dos seus pontos como algo de crescente importância e, como consequência, torna mais fácil a deslocalização de actividade e a transferência dos capitais e investimentos, para-

doxalmente vive da diferença, mas equaliza esta. Nunca antes se procurou tanto influenciar e globalizar práticas e, em simultâneo, procurar incansavelmente a diferença. Inovar é preciso, mas para o fazer, é necessário conhecimento.

Assim, é necessário ao território, desenvolver a sua capacidade de assegurar trocas positivas que retenham no território valor que assegure uma determinada centralidade. Essas trocas devem permitir que o território tenha presença num mapa de actividades humanas que justifique a existência e desenvolvimento dos seus recursos humanos. Este fenómeno exige mobilização, identidade e competências como forma de assegurar que ocorra num dado local que permita exercer e manter uma força de atracção.

O conhecimento que está associado com um território está intimamente associado com a capacidade de produzir e organizar o conhecimento que os recursos humanos que animam este território são capazes. Para o fazerem, os recursos humanos têm de possuir as competências necessárias para lidar com informação e conhecimento e assegurarem novas centralidades para o seu território. A universidade, enquanto pilar da preservação e produção de conhecimento, revela-se como um dos actores essenciais para o território. A capacidade deste se relacionar com outros territórios numa

lógica de transferências que some e o capacite com mais conhecimento e desafios que levem ao desenvolvimento de novas competências é crucial. Este tipo de dinâmica exige liderança, identidade e um desígnio que mobilize um território promovendo o seu conhecimento e a sua capacidade para propor centralidades próprias. O que é necessário realizar num dado território, é diferente de outro e a compreensão dos contextos próprios está intimamente associada com a percepção dos recursos humanos e a sua capacidade de se mobilizarem com identidade e dinâmicas que associam com um dado território em particular. Deste modo, território, conhecimento e competências constituem os vértices de um triângulo a fixar. De algum modo, o que é realmente certo é que os recursos humanos se encontram no epicentro de um modelo de resolução para os desafios que se aproximam e que relacionam o território com o conhecimento que este é capaz de fixar e as competências dos recursos humanos que o animam. Conhecimento e competências são assim valores estratégicos a que nenhum território pode ignorar. Pelo menos, sob pena de tal território não puder ser considerado uma região!

\* Professor Associado da Universidade Fernando Pessoa  
 Professor de Sistemas de Informação  
 de Apoio à Gestão do MBA em Gestão Empresarial da U. C. CEVAL